

Alimentação nos relatos do astrônomo Ângelo Brunelli: a Amazônia no tempo das demarcações de limites

Food in the reports of astronomer Angelo Brunelli: The Amazon at the time of boundary demarcation

■ Wesley Oliveira Kettle

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo demonstrar como os relatos dos homens de ciências que participaram da Comissão Demarcadora de Limites na segunda metade do século XVIII na Amazônia revelam suas visões sobre a alimentação no contexto das viagens de exploração pelos sertões da região. Destaco as percepções do astrônomo bolonhês João Ângelo Brunelli para sustentar o argumento de que o tema da alimentação ocupou um papel central ao longo de todo processo de colonização da Amazônia. Nesse sentido demonstro a importância de refletirmos sobre a alimentação não apenas em sua dimensão biológica, mas também social no contexto das demarcações de limites na Amazônia.

Palavras-chave

Amazônia; Demarcação de limites; Alimentação; João Ângelo Brunelli.

Abstract

This paper aims to demonstrate how the reports of men of science who participated in the Limiting Demarcation Commission in the second half of the eighteenth century in the Amazon reveal their views on food in the context of exploration trips through the region's hinterlands. I highlight the perceptions of the Bolognese astronomer João Ângelo Brunelli to support the argument that the theme of food played a central role throughout the entire process of colonization of the Amazon. In this sense I demonstrate the importance of reflecting on food not only in its biological but also social dimension in the context of boundary demarcations in the Amazon.

Keywords

Amazon; Boundary demarcation; Food; João Angelo Brunelli.

Introdução

No contexto dos desdobramentos políticos do fim da União Ibérica, o Tratado de Tordesilhas se tornou obsoleto para resolver os problemas territoriais relacionados às colônias envolvidas, sendo necessário substituí-lo por um novo acordo entre o rei português, D. João V, e o monarca espanhol, D. Fernando IV (FONSECA, 1991). As negociações evoluíram até a assinatura do Tratado de Madri no ano de 1750.

Os artigos que formavam o Tratado de Madri apresentavam as diretrizes que as duas Coroas deveriam respeitar e pôr em prática como ações político-administrativas. Uma das mais importantes foi a contratação de “comissários inteligentes” capazes de garantir os trabalhos de demarcações de fronteira, atuando como astrônomos, desenhadores, médicos e outras funções que garantissem o sucesso dessa missão.

Em abril de 1750, em meio a intensas negociações diplomáticas, o secretário de Estado Marco Antônio de Azevedo Coutinho (1688-1750) instruiu o padre carmelita calçado João Álvares de Gusmão sobre a contratação dos comissários na Europa, que teriam a tarefa de realizar as demarcações de limites com as possessões espanholas na América. O secretário fez questão de destacar alguns detalhes quanto à contratação de indivíduos que não fossem portugueses, como a preferência por técnicos nascidos em Bolonha, Roma, Pádua e Milão, onde, segundo ele, a ciência matemática gozava de considerável desenvolvimento¹.

A Igreja estava intimamente envolvida com as questões políticas coloniais. Nesse sentido, podemos destacar a orientação para a contratação de comissários reconhecidamente católicos e bem relacionados com as ordens religiosas que atuavam nas áreas de conquista portuguesa na América. Essa observação parecia ter o propósito de evitar problemas de relacionamento com os religiosos nas regiões onde seriam realizados os trabalhos de demarcação, pois grande parte desses locais era conhecida por abrigar oficiais eclesiásticos de diversas ordens².

O secretário Azevedo Coutinho, em suas recomendações, determinou que os italianos não deveriam ser contratados, exceto se não houvesse outra opção, pois, a dependência em relação à Espanha preocupava a administração portuguesa, especialmente se tratando de napolitanos, sicilianos e parmezanos. Apesar disso, os bolonheses despontavam como expoentes nas ciências, o que competia ao contratador uma minuciosa investigação da vida particular do possível contratado.

Em julho de 1750, o grupo de comissários já estava contratado e reunido em Lisboa, porém, com o falecimento de D. João V, a partida rumo à América do Sul foi adiada. Quando D. José assumiu o trono português, substituiu Alexandre de Gusmão, principal responsável pelo Tratado de Limites, por Sebastião José de Carvalho e Melo, aquele que veio a ser o Marquês de Pombal³ (MAXWELL, 1996, p. 23), no comando dos negócios do Estado, alterando assim os rumos das negociações referentes às demarcações na América. Gusmão, entretanto, apesar de sua contribuição, não tinha o mesmo prestígio político com o novo monarca (CORTESÃO, 1994).

¹ Instrução de Marco Antonio de Azevedo Coutinho ao padre João Alvarez de Gusmão, em 19/04/1750. In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte V. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1963. p. 25.

² Instrução de Marco Antonio de Azevedo Coutinho ao padre João Alvarez de Gusmão, em 19/04/1750. In: CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte V. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1963. p. 25.

³ Sebastião de Carvalho e Melo recebeu o título de Marquês de Pombal em 1769, por decreto do rei D. José I. Antes disso, em 1759 também havia sido nomeado Conde de Oeiras. Ambos os títulos não foram recebidos por herança, mas como recompensa pelos serviços prestados ao Reino português.

D. João V, rei de Portugal e D. Fernando IV, rei de Espanha naquela altura, buscaram entre os seus súditos, homens capazes de compor o grupo de comissários demarcadores. Como não encontraram, nomearam homens de ciência estrangeiros para as expedições de limites na América. Os contratados pelo monarca português foram reunidos em três diferentes tropas de acordo com as funções por eles desempenhadas. A segunda tropa, chefiada pelo sargento-mor Sebastião José da Silva, contava com o capitão alemão Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, o ajudante mantuano Henrique António Galúcio, o cirurgião Antonio Matos, o desenhador italiano Antonio Landi e o astrônomo italiano João Ângelo Brunelli.

O astrônomo João Ângelo Brunelli

João Ângelo Brunelli participou da Comissão Demarcadora de Limites completando a lista de astrônomos contratados para as medições da Amazônia. Nascido na Itália, provavelmente em Bolonha, em 22 de janeiro de 1722, alcançou o cargo de presbítero secular e se formou em astronomia, ingressando no Observatório Astronômico da Academia de Ciência do Instituto de Bolonha. Em 1750, com seu irmão Eustachio Zanotti, fez observações sobre um eclipse da Lua, publicadas em 1755 na Revista da Academia bolonhesa. Aos 28 anos de idade foi contratado pelo padre João Álvares de Gusmão, para fazer parte da Comissão Limites.

Em junho de 1750, Ângelo Brunelli estava contratado para participar das demarcações das fronteiras na Amazônia colonial; restava se apresentar em Lisboa. Juntamente com a segunda Tropa, ele recebeu a incumbência de traçar a linha Este-Oeste, além de explorar o rio Amazonas. O grupo também deveria realizar trabalhos pelos rios Tapajós e Xingu, produzindo uma série de mapas da região.

Desde a partida rumo à Amazônia, Brunelli se envolveu em discussões acaloradas, principalmente com o arquiteto Antônio José Landi, considerado pouco confiável, desonesto e excessivamente esperto em questões simples como a manutenção dos mantimentos e negociações com os demais comissários. Além disso, a passagem de Brunelli pelo Grão-Pará foi marcada por algumas inimizades entre ele e o governador Mendonça Furtado, além de se envolver em discussões com o Bispo do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões.

Retornou a Portugal em 1761, quando passou a exercer o cargo de professor de Aritmética e Geometria na Academia Real da Marinha. Foi também nomeado professor de Filosofia e Matemática no Real Colégio dos Nobres pelo rei D. José I. Aposentou-se em 1769 do Colégio dos Nobres e regressou finalmente a Bolonha. Veio a falecer em 25 de fevereiro de 1804 (PAPAVERO, 2010).

Nos dias que antecederam o embarque, ainda em Lisboa, Brunelli não escondia sua preocupação com a vida que encontraria após atravessar o oceano Atlântico. Os documentos que registram as negociações com a Corte de Portugal para sua contratação revelam não apenas questionamentos sobre a hierarquia entre os comissários, os valores a serem pagos e a qualidade dos instrumentos, mas também sobre a alimentação que encontraria nas cidades por onde as expedições passariam. Ameaçava cancelar sua participação caso as promessas não fossem cumpridas (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 502)⁴.

Ao destacarmos a preocupação de Ângelo Brunelli com sua alimentação no Grão-Pará, percebemos a importância da dimensão do cotidiano vivido pelos homens de ciência na Amazônia. Além da preocupação com as condições de trabalho, equipamentos para as medições, livros e outros

⁴ Este documento foi publicado originalmente por Brunelli (1791).

instrumentos necessários para as demarcações, estão os alimentos a serem consumidos ocupando lugar de destaque especialmente nos planos dos europeus que percorreriam regiões e condições de viagem desconhecidas.

Os relatos produzidos por Ângelo Brunelli foram compostos a partir de sua experiência na Amazônia, entretanto, não podemos esquecer que suas leituras de outros relatos de viagem também influenciaram profundamente novas descrições sobre essa região, contando quase na maioria das vezes com as impressões sobre os hábitos alimentares, a cozinha indígena e os sabores e aromas das frutas da floresta. As notícias sobre essa região criavam as expectativas desses homens de ciência, que, em alguns casos, não se apresentavam animadoras. Assim, as preocupações de Brunelli também estavam relacionadas com as questões que envolviam a cozinha durante as viagens de exploração, desafiada pelas grandes distâncias a percorrer, os ataques de indígenas, as difíceis correntezas e as furiosas tempestades e tantos outros obstáculos.

As descrições sobre o mundo natural elaboradas por Ângelo Brunelli foram produzidas em um contexto político de disputas sobre a Amazônia; compreender os conflitos de interesse é uma questão indispensável para uma reflexão ampla sobre os textos em que podemos conhecer o cotidiano nessa região. Brunelli estava atento para responder aos anseios da Coroa e as vantagens que esse gesto garantiria aos seus autores. Isso também envolvia registrar de maneira adequada os modos de alimentação vividos pelo autor na Amazônia, destacando o preparo dos alimentos, novos sabores e utensílios de cozinha próprios para seguirem viagem com toda a equipe de comissários.

Nessa direção, o processo de ocupação portuguesa no período das demarcações não está indiferente a questões alimentares no contexto das viagens ou mesmo durante a estada na cidade. Os trabalhos de história natural, portanto, permitem-nos não só estudar sobre o desenvolvimento científico das viagens de exploração, como também refletirmos sobre a importância da história da alimentação desse período para ampliarmos nossa compreensão sobre a história da Amazônia e sua dinâmica de transformações que contou com os mais diversos personagens para comporem essa sociedade.

A partir dessa experiência vivida por Ângelo Brunelli na Amazônia, foram elaborados por ele importantes escritos que nos permitem conhecer suas visões sobre as práticas alimentares nessa zona de fronteira por onde circulavam os comissários demarcadores. As observações sobre a alimentação, cultivo dos gêneros que seriam levados à mesa e utensílios da cozinha são descritas de uma forma que possam ser aceitas pelo conjunto de intelectuais da história natural, destacando os costumes de cada engenho, igreja e demais instalações que de alguma maneira colaboravam com as estratégias de ocupação colonial.

A maior das expedições em que estava presente Brunelli partiu de Belém às 10 horas da manhã. Ao todo foram 85 dias percorrendo os rios amazônicos, com pausas para dormir, rezar e visitar os moradores que desenvolviam negócios pelos sertões da região. Isso lhe permitiu conhecer muito do cotidiano alimentar dessa região.

Essa preocupação nos mostra como o poder metropolitano, ao enviar esses homens de ciência para os trabalhos de fronteira, com o intuito de ocupar politicamente o espaço, proporcionava o contato de olhares muito distintos sobre o cotidiano amazônico. As viagens de exploração tinham um sentido bastante prático que era o de conhecer e anotar o estágio de desenvolvimento econômico dos engenhos, vilas e povoados ao longo do caminho, reafirmando os laços de poder. Além disso, abasteciam as canoas com mantimentos para a jornada, momento dos mais importantes para os comissários, no qual Brunelli observava atentamente os gêneros da terra embarcados e os relatos sobre os modos de preparo desses alimentos.

Ao circularem pelos rios amazônicos, os comissários conheciam a dinâmica alimentar dos sertões. Essas viagens de exploração colocavam em contato os homens de ciência com os engenhos dos jesuítas, como o de Burajuba, cerca de uma hora distante de Belém. Segundo o roteiro de Brunelli, ali se produziam açúcar e “muito cacau e café”, contando com mais de sessenta trabalhadores que participavam de todo processo de coleta e abastecimento dos barcos que buscavam esses gêneros. O cultivo desses produtos foi muito apreciado e incentivado pelos agentes da Coroa, por isso a comitiva fez questão de anotar as atividades relacionadas à agricultura, como o lugar chamado “Ribeira”, onde funcionava um engenho de açúcar e se fabricavam canoas.

Relatos sobre as dinâmicas dos comissários pelos sertões nos ajudam a pensar sobre como a paisagem dessa região foi alterada a partir da instalação desses engenhos de açúcar, quantas árvores foram derrubadas para dar lugar às plantações de cana e as mudanças realizadas nas margens das propriedades para dar acesso às embarcações que transportavam a produção, tudo isso motivado em alguma medida pelas questões que envolviam a alimentação e o abastecimento do mercado interessado em consumir as drogas do sertão. O mesmo excerto ainda descreve a fabricação de canoas, que se tornavam cada vez mais necessárias, inclusive para a circulação dos produtos. Os documentos históricos também revelam o crescente interesse por parte da corte pelas iguarias consideradas exóticas da Amazônia, com o objetivo também de enviá-las a Lisboa⁵.

Assim como em outros diários de viagem, cartas contando sobre as experiências no Grão-Pará e outros registros que narravam as incursões pelos rios amazônicos, os perigos estão presentes nos relatos das expedições relacionando os problemas que impediam a segurança da navegação, como na anotação do dia 02 de dezembro, último mês da viagem em que Brunelli destaca a incidência de muitas “pedras sob a água” por toda parte, “que deram o que fazer a todos”, além de o “temor do mau tempo num lugar estreito e seguro, entre ilhas” que forçou os comissários a esperarem até o dia amanhecer. Nessas condições, os planos para a garantia dos suprimentos na viagem, reposição de produtos que porventura fossem perdidos e o efetivo preparo dos alimentos, contou com a combinação das experiências de todos os grupos envolvidos: europeus, luso-brasileiros e indígenas.

Tais eram os problemas que ocasionavam essas muitas pedras, que a “canoa grande” por vezes encalhava, isso retardava por longas horas o prosseguimento da viagem, colocando a tripulação em perigo de naufrágio e chuvas. O “temor do mal tempo” fazia com que os comissários aguardassem às margens dos rios menos bravios ou em “praias muito espaçosas”. Em seus registros, Brunelli destaca com entusiasmo e alívio os dias em que conseguiam “parar num bom lugar”, onde poderiam descansar para seguir viagem no dia seguinte. Isso não garantia total tranquilidade no que diz respeito às provisões para a sequência da expedição, pois os desafios da caça, pesca e preparo dos alimentos muitas vezes criavam um clima de animosidade entre os comissários que sempre ansiavam por uma refeição tranquila e próxima daquilo que estavam acostumados – desejo bastante difícil de ser alcançado no sertão amazônico.

As descrições sobre a zona de fronteira no alto Rio Negro são marcadas pelas dificuldades naturais encontradas ali, obrigando que os planos para garantir os suprimentos das viagens recebem cada vez mais atenção por parte dos agentes coloniais. As anotações registram o desafio de vencer “uma corredeira sobre pedras”, onde gastaram “mais de uma hora e meia para passar” (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 505). Reverter essa situação fazia parte dos planos dos administradores coloniais; logo, isso influenciava diretamente as ações dos comissários que pretendiam se mostrar

⁵ Francisco Pedro de Mendonça Gorjão [Ofício a Pedro da Mota e Silva sobre envios de produtos para a Ribeira das Naus em Lisboa, a bordo da nau de guerra “São José”, em 17/09/1750] – Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 32, Documento 3004.

hábeis para os trabalhos de demarcação, não apenas no que se refere às medições, mas também em todo o conjunto de ações necessárias para os deslocamentos e permanência nos sertões amazônicos.

Nesse sentido, as preocupações com a caça, preparação dos alimentos, as bebidas e todos os suprimentos necessários deveriam ser muito bem observados pelos líderes das expedições para que não houvesse contendas, doenças, desagrado entre os membros da tripulação. Além disso, o recebimento de produtos alimentares durante as paradas para descanso e visita das povoações significava um momento de abastecimento das canoas para seguir viagem.

A “noite bem escura” e as águas “muito largas” provocavam nos comissários muita apreensão. Para os europeus, a Amazônia significava um mundo com novos sabores, texturas, cores, sensações, transformando-se em uma experiência que transformaria o paladar e a cozinha no Grão-Pará, em outros pontos do Império português, e também no Velho Mundo. Em seu relato, Brunelli demonstra preocupação com o clima instável dessa região, impedindo o acondicionamento dos alimentos embarcados. O clima é preocupante para esses homens de ciência que agora se protegiam das tempestades entre as ilhas. Os “trovões e relâmpagos e chuva” anunciavam um mês de dezembro chuvoso, típico do Vale Amazônico (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 509).

As ventanias, trovões, grandes chuvas e mau tempo ganharam destaque nos relatos elaborados por Brunelli. Além das dificuldades e dos problemas descritos, houve espaço para relatar o bom vento que ajudava o avanço das embarcações, percursos “sem pedra de nenhum tipo” para atralhar as canoas que deslizavam por esses caminhos de água, praias e ilhas onde a tripulação escolhia como locais para descansar. Foi interagindo com os novos sabores, texturas e formas de preparo dos alimentos conforme iam se deslocando por entre os labirintos de ilhas, esperando a chuva passar, que os engenheiros, astrônomos, cirurgiões e demais homens de ciência participaram da construção dessa história colonial e não apenas à mesa dos gabinetes e salões onde estava sediado o governo local.

Ao longo das viagens de exploração, as canoas precisavam ser limpas, sendo usada para isso a água abundante do próprio rio. Enquanto isso, os comissários aguardavam o almoço em uma casa improvisada, esperando para visitarem “uma pequeníssima aldeia a um quarto de milha de distância”. Assim, os demarcadores conheciam os sertões do Vale Amazônico e seus muitos habitantes, humanos e não humanos que compunham essa história.

(...) depois de uma grande perda de tempo por causa de índios (...), que precisei substituir, partimos da dita aldeia de Maturu. Pouco depois, entramos num canal de tamanho médio, chamado Aquiqui, parando por volta do meio-dia. (...) Neste canal existem insetos chamados ‘carapanãs’, que são uma espécie de pequenos mosquitos. Numa e noutra margens [...] veem-se campos amplos e sem árvores (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 507).

Os relatos de viagem apresentam os problemas envolvendo indígenas que provavelmente haviam abandonado a expedição e que provocavam um retardo até que novos índios fossem incorporados ao grupo. Certamente, essas fugas também dificultavam outras tarefas necessárias para o sucesso das expedições. Podemos notar a importância que essa mão-de-obra significava, pois eram os ameríndios que conheciam os caminhos pelos igarapés, lagos e rios a serem navegados, além de serem os braços que movimentavam os remos que impulsionavam as canoas que conduziam todos esses personagens até as fronteiras. Além disso, os nativos sabiam a localização de plantas, frutos e animais comestíveis, bem como o modo de preparo que suprisse eventuais emergências no percurso.

O excerto também nos revela a descrição de “campos amplos e sem árvores”, semelhante ao que podemos considerar como campos naturais abertos, que não apresentam uma floresta densa como

a maior parte da paisagem encontrada no Vale, mas que é parte dessa região. O registro dessas campinas, como também podem ser chamados os campos naturais, formados sem a ação direta dos seres humanos, mostra-nos a presença de diferentes coberturas vegetais, contrariando uma ideia da Amazônia como uma paisagem florestal homogênea (Oliveira, 2001). Essa diversidade está, como vemos, presente nos relatos dos comissários e nos permite refletir sobre as mudanças da dieta da tripulação ao longo de trajeto.

Diante das cachoeiras mais perigosas, o grupo precisava abandonar as canoas e seguir “caminhando por terra firme” até que retomassem as embarcações em um ponto seguro do rio. Nesses momentos, os indígenas aproveitavam para fugir mata adentro, obrigando os oficiais da expedição a interromperem a viagem, haja vista que mesmo um único índio representava uma força muito importante nessa empresa (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 511).

As muitas dificuldades que desafiam o avanço dos comissários nos revelam como os planos e estratégias desses oficiais eram alterados pelo imponderável, a floresta tinha seu próprio tempo e os comissários precisavam construir alternativas diante dessa realidade. A dieta dos participantes das expedições também sofreu alterações importantes diante da ausência de determinados produtos, contingências provocadas pelo fato de estarem se deslocando a todo tempo por áreas que apresentavam condições diferentes a cada parada. Não estamos querendo afirmar que o mundo natural determinou as ações humanas, mas chamar atenção para uma leitura desse passado reconhecendo as intempéries das viagens, as inflexões causadas pelos fracassos e como tudo isso conformou a experiência alimentar e a cozinha da tripulação pelos rios da região.

Os relatos sobre o fim do dia trazem informações sobre as preocupações em oferecer aos homens de ciência uma alimentação mais próxima possível daquela a qual estavam acostumados na Europa. Enquanto observavam os passarinhos procurando se agasalhar nos galhos das árvores em mais um final de dia, de um lado e de outro a noite impedia qualquer visão. O jantar estava servido naquelas condições muito aquém do que desejavam. Os “insetos chamados ‘carapanãs’” incomodavam os comissários que já se preparavam para dormir depois de mais um dia cansativo. Outros insetos atraídos pelos alimentos estavam sempre presentes e nunca bem-vindos. Assim, esses animais perturbavam de tal maneira que em vários momentos, sempre ao anoitecer, são relatadas as grandes “quantidades de carapanãs” que atacavam os demarcadores (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 508).

A experiência de deslocamento pelos rios permitiu aos homens de ciência o contato com muitas formas de vida desconhecidas até então. Outro animal observado no Roteiro é a tartaruga. O relato diz que passaram “por ilhas onde se produz manteiga de tartaruga”. Brunelli ainda conta que após almoçarem, “todas as canoas voltaram para tomar tartarugas e manteiga”. Podemos aqui encontrar uma descrição da abundância e do tipo de alimento encontrado nesses rios. Assim, os comissários experimentaram novos sabores durante suas atividades nos sertões do Vale (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 509-510). Ao voltarmos o olhar para a relação dos humanos com a alimentação dessas espécies, ampliamos nossa compreensão sobre o passado da Amazônia e crescente captura dos animais não apenas para a subsistência de seus moradores e viajantes, mas também a comercialização em uma escala que alteraria profundamente a vida selvagem nessa região (FIORI, 2015).

O governador Mendonça Furtado, ainda antes da partida até Mariuá, em suas cartas enviadas ao Reino, nas quais reclamava do comportamento das ordens religiosas que atuavam na Amazônia, já reconhecia a importância central da alimentação nas relações sociais e para a economia. Não apenas as tartarugas são citadas, como podemos ler no trecho a seguir:

É preciso assentar que cada Religião desta forma, em si mesma, uma República; nela se acha toda a casta de oficial; nela há pescadores; nela há os grandes currais e, por conseguinte, são senhoras das carnes, e das pescarias, tanto de peixe como de tartarugas, porque todas são feitas pelas suas canoas e pelos seus índios, sem que haja uma só canoa que sirva ao público neste útil trabalho. As manteigas das mesmas tartarugas são também feitas por ordem dos missionários; finalmente, todos os víveres são das Religiões, à exceção de alguma pequena parte que algum morador, ainda que raro, manda fabricar (FURTADO *apud* MENDONÇA, 1963, p. 122).

No dia 25 de dezembro de 1755, com mau tempo, Brunelli e os demais participantes da expedição de limites chegaram a seu destino final no rio Negro, Mariuá. Ali tiveram a ceia de Natal mais diferente de suas vidas e uma mesa com novos sabores, diferentes até mesmo daqueles encontrados em Belém. Pela janela, acompanharam a chuva que caía sobre a floresta, às margens do caudaloso Rio Negro. Estavam agora os comissários em um dos principais pontos da zona de fronteira. Nessa condição, os homens de ciência dependiam do conhecimento indígenas não apenas para o deslocamento para o trabalho das medições, mas para a caça, colheita de produtos da terra, preparo dos pratos e a descrição das plantas e animais, o que incluía informar sobre os sabores e usos na culinária daquela região.

Alimentação em registros científicos

As viagens pelos rios da Amazônia permitiram que o astrônomo bolonhês elaborasse um relato no qual podemos perceber seu olhar sobre aspectos relacionados com a alimentação nessa região. Trata-se do discurso intitulado “De flumine Amazonum” (“Sobre o rio Amazonas”). Escrito originalmente em latim, possivelmente com o intuito de lê-lo para os membros da Academia de Bolonha, o autor dissertou sobre o que ele considerou como “o maior rio de todo o orbe terrestre”, destacando o curso dos rios que formam a bacia hidrográfica do Amazonas, especialmente o Negro, desde a região andina peruana até desembocar no oceano Atlântico (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 524).

O texto anuncia uma preocupação em produzir um conhecimento “verdadeiro” e, nesse sentido, inicia o discurso prometendo ser cuidadoso nas informações prometendo “omitir de propósito” discussões “dúbias ou obscuras”. Ele procura valorizar seu relato considerando que seus “ótimos companheiros e ouvintes” escutarão um conteúdo com mais das coisas que ele próprio vivenciou, e menos daquelas contidas em livros ou informadas por terceiros (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 524).

O relato descreve a mistura das cores dos rios destacando as impressões do autor sobre esse fenômeno que dá origem ao rio Amazonas. Nesse sentido são reveladas opiniões e sensações que esse encontro de rios e cores proporcionou ao astrônomo bolonhês: “com certeza, um lindo espetáculo [...] para olhar sem parar”. A descrição científica é interrompida para dar lugar à opinião sensível do autor. Para ele, esse “lindo espetáculo” é um dos motivos pelos quais o rio Amazonas ganha um caráter singular, incomparável:

O que, pois, expus até aqui, [...] mostra bastante, se não me engano, e até mais, o quanto esse nosso rio é importante e ultrapassa todos os outros que correm e se desenvolvem em todo o orbe terrestre, de forma que não se possa encontrar nenhum outro que, com esse, de alguma maneira, seja comparável (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 532).

As observações sobre os peixes retomam o tema da abundância. O destaque é para a grande quantidade de vida aquática e a existência de “muitas espécies de aves” que se alimentam de “peixes menores”. Essa é uma característica importante das descrições: a opulência atribuída à região e sua variedade de espécies. Isso está relacionado com a ideia de fartura que se torna mais evidente nos sertões, zonas distantes dos núcleos urbanos. A memória de Brunelli sobre o passado do rio Amazonas, quando da incursão dos primeiros europeus na floresta, é a de que por suas margens vagavam mulheres caçando com arcos e flechas os animais para sua subsistência. Para ele, essa forma de providenciar o alimento revelava um “costume bárbaro”, contrariando os esforços europeus de civilização. O astrônomo amplia sua crítica dizendo:

[...] os homens são dados, mais do que é preciso, ao sono e ao ócio, as mulheres, muitas e muitas vezes, entram nas florestas para buscar alimento, onde pegam aves e muitos animais que aí ocorrem em grande quantidade. Nelas, quase sempre usam flechas para pegar e golpear, lançadas de um forte e sólido arco. Fazem também o mesmo para matar os peixes, principalmente os maiores. Tanto as mulheres como os homens dessas nações são excelentes e temíveis nessa arte (BRUNELLI *apud* PAPAVERO, 2010, p. 532).

Apesar de todos os problemas que a crítica “ao sono e ao ócio” dos homens indígenas apontada por Brunelli possam ter, a descrição destaca uma importante cena do cotidiano interpretada por um europeu. A floresta é apresentada como o lugar de abundância onde podem ser encontrados os elementos para o sustento dos nativos. Os instrumentos para a caça e pesca estavam em oposição às ferramentas próprias para o cultivo da terra e compõem o relato de forma a representarem um suposto estado não civilizado daqueles que os utilizam. Assim, ao analisarmos as questões envolvendo a alimentação temos a oportunidade de ampliar nossa compreensão sobre a sociedade colonial na Amazônia e sua complexidade diante de visões de mundo distintas e em profunda transformação.

Esse tipo de descrição sobre o comportamento dos povos indígenas diante da floresta, as limitações da tecnologia utilizada pelos comissários e toda equipe que os acompanhava, podem contribuir para o não esquecimento, por parte do historiador, do lado biológico do sujeito, “sensível ao quente, ao vento, ao frio, à seca, à insolação, à insuficiente pressão das altitudes, ocupado incessantemente em procurar e em assegurar sua alimentação, obrigado a defender-se enfim” (BRAUDEL, 1992, p. 144).

As percepções sobre a alimentação, obtenção dos produtos para subsistência e estratégias para uma cozinha viajante registradas por Ângelo Brunelli nos revelam concepções de ciência e também de suas impressões sobre a experiência dos oito anos que viveu no Vale Amazônico, enfatizando não apenas seus comportamentos profissionais e políticos, mas também suas opiniões sobre os cheiros, sabores, os medos, enfim, a dimensão sensível construída em interação com a Natureza da região.

Além de a Corte portuguesa utilizar os trabalhos de História Natural em suas estratégias de conquista, ocupação e principalmente exploração, esses relatos elaborados pelos homens de ciência também contribuíram com a manutenção do diálogo entre os agentes da Coroa em Lisboa e os moradores das colônias que desenvolviam essas atividades, revelando também as visões sobre os costumes alimentares na Amazônia. Parte importante da produção de conhecimento dos membros das expedições de limites foi produzida nessa perspectiva de catalogar o mundo natural, com a intenção de se apresentar como súditos capazes de contribuir com o projeto “civilizacional” português, no qual a alimentação representava um elemento estratégico não apenas no campo econômico e comercial, mas também comportamental.

Religiosos, governadores, astrônomos, ouvidores, engenheiros, e outros personagens envolvidos com as demarcações procuraram expressar suas habilidades e boa adaptação diante dos desafios da floresta, esforçando-se em produzir um conhecimento de acordo com os métodos e discussões próprios da História Natural, sem com isso deixar de retratar suas experiências como penosas e altruístas em prol do benefício da economia do Reino. Os relatos foram elaborados sem perder de vista o interesse de conquistar privilégios junto à administração colonial. Nesse sentido, os registros sobre o potencial das drogas do sertão, a tecnologia indígena incorporada na cozinha europeia e as descrições sobre os sabores e usos das plantas e animais do Grão-Pará também compuseram notícias de experiência relatadas como dificultosas que valorizavam certa persistência no trabalho para o Rei.

Tanto estrangeiros, como portugueses enviados para os trabalhos de medição na Amazônia estavam bastante inclinados em investigar e relatar os gêneros da terra com potencial para serem comercializados nos mais diferentes pontos do Império Ultramarino para assim efetivar o processo de colonização e desenvolver a economia em benefício exclusivo do Reino; os comissários também se envolveram diretamente com essa agenda; e os clérigos, segundo Ronald Raminelli (2008, p. 57), também podem ter suas descrições relacionadas com a exploração das drogas do sertão, gado e quaisquer outros produtos para alimentação e para benefícios medicinais, sempre indicando serem criações de Deus e no contexto da evangelização que lhes competia.

As descrições que contemplam as questões sobre alimentação na Amazônia estão em diálogo com um trabalho que registra os costumes, paisagens e potencialidades das regiões conquistadas. As críticas ao modo pelo qual os nativos se relacionam com o cultivo de alimentos, modo de preparo e obtenção também não são novidades nesse processo de dominação europeia de várias partes do mundo. Podemos notar esse aspecto no trecho a seguir:

O que faz com que existam tantas nações selvagens na América é que a terra produz sozinha muitas frutas com as quais nos podemos alimentar. Se as mulheres cultivarem em torno da cabana um pedaço de terra, o milho vem primeiro. A caça e a pesca acabam de dar aos homens a abundância. Além do mais, os animais que pastam, como os bois, os búfalos, etc. se dão melhor ali do que os animais carnívoros. Estes sempre tiveram o império da África. Penso que não teríamos todas estas vantagens na Europa se deixássemos a terra inculta; só nasceriam florestas, carvalhos e outras árvores estéreis (MONTESQUIEU, 1993, p. 298).

O excerto é parte da obra intitulada “O espírito das leis”, publicada por Montesquieu em 1748, e, como podemos ver, trata de explicar a vida na América a partir de questões ambientais, como o solo fértil, a abundância de frutos, preocupação alimentar, e a presença de determinados animais comestíveis nessa região. Ainda percebemos as comparações entre as condições na colônia e aquela encontrada na Europa. Essas relações influenciaram as análises elaboradas por toda uma historiografia que procurou entender a história do Brasil a partir da “natureza do solo e do clima; a articulação entre a economia e as formas geográficas e, por consequência, a subordinação da economia, constituição e governo dos povos às leis naturais” (CORTESÃO, 1950, p. 152-153).

Os comissários contratados pelo rei português ainda também haviam sido influenciados por esse tipo de discurso que julgava bárbaro o modo de vida desenvolvido nas colônias. Quando, por mais de um ano, esperaram em Lisboa para a partida rumo à América do Sul, as informações sobre o Grão-Pará não provocavam entusiasmo. A questão da alimentação se transformou em um tema central. Nesse tempo, algumas notícias vindas do Vale Amazônico desencorajavam alguns membros da Comissão de Limites. Relatos sobre problemas de abastecimento de provisão no sertão do Vale enchiam de dúvidas os técnicos quanto às promessas feitas pelos que os contrataram para a missão.

Além da desconfiança quanto à alimentação, foi questionada a qualidade dos materiais que seriam utilizados para as medições⁶.

Considerações finais

Durante a travessia do oceano Atlântico, na chegada em São Luís, a viagem até Belém e as várias incursões pelos rios registrados pelos comissários nos permitem identificar o tema da alimentação como central nas negociações e para o processo de colonização da Amazônia pelos portugueses. Estudar esse aspecto, como vimos aqui, amplia nossa compreensão sobre a complexidade da sociedade colonial nessa região, contribuindo para a construção do conhecimento histórico que analise as interações em torno do ato de alimentar entre os diferentes grupos sociais que viveram na Amazônia no período colonial.

Os registros coloniais testemunham a preocupação com o tema da alimentação dos comissários contratados para os trabalhos na América e também por parte dos agentes da Coroa que se empenharam em apresentar garantias de um cardápio o mais próximo possível da dieta do Velho Mundo. Essa perspectiva amplia nosso olhar para além das questões diplomáticas, econômica e políticas, tradicionalmente destacadas pela história colonial. Tão importante quanto a negociação dos soldos, moradia e casamentos, o processo de colonização do Grão-Pará dependeu da discussão e superação dos desafios impostos por uma nova dieta que mesclou o conhecimento dos diferentes personagens envolvidos nessa jornada. A Amazônia, que desperta tanto interesse também por sua culinária, é resultado dessa história de encontros entre temperos, técnicas e cozinhas locais e estrangeiras.

O estudo dos escritos do astrônomo Ângelo Brunelli é uma janela que nos permite perceber a importância da alimentação para os interesses não apenas da Coroa portuguesa, mas também dos círculos intelectuais na Europa. Os diários de viagem e trabalhos científicos manuscritos e iconográficos reforçam essa ideia e compreendem documentos valiosos para o estudo da história da alimentação e do abastecimento. Nesse sentido, esses registros revelam as transformações e peculiaridades da cozinha e seus utensílios utilizados durante as viagens de exploração pelos rios e florestas da região.

Por fim, o estudo cuidadoso sobre a alimentação na Amazônia setecentista, mesmo que por meio dos agentes coloniais, faz emergir a presença indígena indispensável para a elaboração dos registros científicos, como os de Brunelli, e também fundamental para a construção de uma cozinha que pudesse se locomover pelos rios, ser montada na floresta, utilizar os utensílios nativos e principalmente encontrar pelas matas os ingredientes para o preparo dos alimentos. Assim, ampliamos nosso olhar sobre a atuação dos diferentes personagens envolvidos no processo de colonização e na constituição do que hoje conhecemos como culinária amazônica.

Referências

BRAUDEL, Fernand. Há uma geografia do indivíduo biológico? In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 143-160.

⁶ Giovanni Ângelo Brunelli [Carta a Francesco Zanotti, em 15/05/1751] - BCAB, Gabinetto Manoscritti, Lettere di diversi a Francesco Maria Zanotti, B-160. Esse documento foi publicado por MENDONÇA (2003).

- BRUNELLI, J. A. De flumine Amazonum. In: GALVANI, L.; FOLEY, M. G. *De Bononiensi Scientiarum et Artium Instituto atque Academia Commentarii*, v. 7, p. 39-54, 1791.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte V. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1963.
- CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1950. v. 1.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Horizonte, 1984.
- FONSECA, Luis Adão da. *O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XVI*, Lisboa: Enapa, 1991.
- IORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. *A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. *Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2003.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina*. Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. v. 1. São Paulo: Carioca; IHGB, 1963.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O espírito das leis*. Tradução de Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- OLIVEIRA, Alexandre Adalardo de et al. Florestas sobre areia: Campinaranas e Igapós. In: *Florestas do rio Negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.179 – 220.
- PAPAVERO, Nelson et al. *Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]. v. 5, n. 2, p. 433-533, 2010.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

Wesley Oliveira Kettle – Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: wesleycx@yahoo.com.br.